

ANTÓNIO ANICETO MONTEIRO – LUTAS, PERSEGUIÇÕES E EXÍLIOS

Jorge Rezende

Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências, e
Grupo de Física-Matemática
Universidade de Lisboa
e-mail: jorgerezend@gmail.com

Resumo: Neste artigo descreve-se a actividade política conhecida de António Aniceto Monteiro e apontam-se as razões que o levaram a dois exílios.

Introdução

Em 2015, a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), fundada em Assembleia Geral realizada em 12 de Dezembro de 1940, comemorou 75 anos. Segundo José Morgado, António Aniceto Monteiro foi «*o grande animador de toda a actividade que precedeu a realização desta Assembleia*» [JCM] tendo sido eleito seu Secretário-Geral. Monteiro, um dos maiores dinamizadores do Movimento Matemático dos anos 30 e 40, está, assim, profundamente ligado à instituição que é a SPM, pelo que é de inteira justiça que os leitores deste Boletim conheçam melhor o seu posicionamento social e político bem como as circunstâncias exactas que o obrigaram a abandonar Portugal e, mais tarde, o Brasil. Embora eu já tenha abordado este assunto no artigo «*Sobre as perseguições a cientistas durante o fascismo*» [JR2], reforço aqui as motivações que levaram Monteiro a dois exílios, apresentando, também, outros argumentos. Mais informação foi obtida recorrendo à consulta da correspondência política de António de Oliveira Salazar com Pedro Teotónio Pereira [JMA], dos livros de Manuela Câncio Reis e de Giovanni Ricciardi e, sobretudo, da hemeroteca digital do Brasil que nos permite, à distância de uns cliques, ter acesso a todos os jornais brasileiros. Ao contrário do que sucedia em Portugal, esses jornais, de 1945 e 1946, não eram censurados podendo-se, assim, obter muita informação, até sobre o que se passava no nosso país. Deste modo verificamos que aquilo que António Aniceto Monteiro não podia dizer abertamente cá, foi dizê-lo lá, em duas entrevistas, pelo menos, que, transcritas integralmente, constituem outros tantos anexos deste artigo.

«Matar os insubmissos à fome»

Numa entrevista ao jornal brasileiro «Correio da Manhã» de 10 de Novembro de 1945, à pergunta «*É exacto que não deu aulas em Portugal?*», António Aniceto Monteiro respondeu: «*Não. Dei muitas aulas particulares, desde 1936 até à minha vinda, e desenvolvi no meu sector grandes esforços. Simplesmente, recusei assinar um papel de compromisso político para poder leccionar... matemática. Por isso não me nomearam; nem modesto funcionário podia ser lá. Teria que morrer à fome, com os meus, doutorado pela Sorbonne.*»

Para compreendermos bem que compromisso político era esse, lembremos que Portugal vivia desde o golpe militar de 28 de Maio de 1926 debaixo de uma ditadura que rapidamente adquiriu contornos fascistas, com as suas polícias, as suas prisões, os seus tribunais e as suas leis. Em 13 de Maio de 1935 é publicado o Decreto-lei nº 25317 que, no seu artigo 1º, dizia o seguinte: «*Os funcionários ou empregados, civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não deem garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário*».

Foi invocando este decreto que muitos funcionários foram afastados daí em diante. Logo no dia seguinte à saída deste decreto, 14 de Maio, foram afastados 33 funcionários, entre os quais professores e militares. No ano seguinte, 1936, no dia 14 de Setembro, sai o Decreto-lei nº 27003 que diz:

«Para admissão a concurso, nomeação efectiva ou interina, assalariamento, recondução, promoção ou acesso, comissão de serviço, concessão de diuturnidades e transferência voluntária, em relação aos lugares do estado e serviços autónomos, bem como dos corpos e corporações administrativos, é exigido o seguinte documento com assinatura reconhecida: Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas. (...)

Os directores e chefes dos serviços serão demitidos, reformados ou aposentados compulsivamente sempre que algum dos respectivos funcionários ou empregados professe doutrinas subversivas, e se verifique que não usaram da sua autoridade ou não informaram superiormente».

Este decreto impunha que o candidato a um emprego público se humilhasse renunciando às suas convicções e aos que tinham responsabilidades na administração obrigava-os a fazerem de polícias ou de delatores. Em resumo,

colocava pessoas perante o angustiante dilema: ou perderem o emprego ou perderem a honra.

Foi o compromisso «*Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas*» que António Aniceto Monteiro se recusou a assinar. Ele não foi o único, longe disso. Por exemplo, quando, em 1940, o director de programas da Emissora Nacional, Pedro Prado, amigo e antigo colega de Conservatório de Fernando Lopes-Graça, o convidou para assumir a direcção da secção de música da estação, o músico recusou [LL], justamente por não querer assinar o compromisso imposto pelo Decreto-lei nº 27003. Lopes-Graça passou dificuldades e chegou a pensar em emigrar [LL]. Apesar disso, ajudou a subsidiar a revista «*Portugaliae Mathematica*» quando, em Dezembro de 1950, uma primeira audição de uma sonata sua foi realizada, pela Junta de Investigação Matemática, no cinema Batalha, no Porto [RLG].

Mas não se pense que estas atitudes de grande firmeza perante o opressor são um exclusivo português. É de assinalar a similitude destes comportamentos com aqueles que Einstein defendeu mais tarde aquando do macartismo, nos EUA. Em 1932 «*The Woman Patriot Corporation*» enviou ao Departamento de Estado dos EUA uma carta denunciando Albert Einstein: «*Nem mesmo Stalin está filiado em tantos grupos internacionais anarco-comunistas*». É o primeiro documento de um enorme ficheiro organizado pelo FBI contra o famoso físico que apenas seria encerrado com a sua morte. Einstein só fixaria residência nos EUA, fugido do terror nazi, em 1933; em 1940, obteria a cidadania americana.

Nos EUA, o período que vai do final dos anos 40 (início da chamada Guerra Fria) até meados da segunda metade dos anos 50 ficou conhecido pela perseguição sistemática a todas as pessoas ou instituições consideradas «subversivas», em particular as comunistas ou vistas como tal. Muitas pessoas foram chamadas a comissões do senado para testemunhar, tendo-se distinguido nessa «caça às bruxas», pela sua sanha persecutória, o senador Joseph McCarthy.

Einstein foi intensamente vigiado pelo FBI e J. Edgar Hoover teria gostado de o denunciar publicamente, mas isso era muito complicado dado o prestígio internacional do físico. Este, que sempre tinha apoiado os direitos humanos e o pacifismo, nos últimos anos da sua vida dedicou-se a lutar activamente contra o macartismo. Muitas pessoas perseguidas procuraram o cientista simplesmente batendo-lhe à porta de casa. Einstein recebia-as in-

formalmente e elas, nervosas de início, rapidamente se sentiam confortáveis e à vontade. Pode sentir-se um pouco desse ambiente de confiança quando se vê uma fotografia do cientista com William Frauenglass, professor de liceu em Nova Iorque, e esposa, tirada pelo filho de ambos. William Frauenglass foi chamado a depor em 1953 e recusou. Para tentar evitar ser demitido por esse facto, escreveu a Einstein pedindo-lhe apoio. Este respondeu-lhe em carta datada de 16 de Maio [THP] que foi publicada na primeira página do «New York Times» de 12 de Junho:

«O problema com o qual os intelectuais deste país estão confrontados é muito sério. Os políticos reaccionários conseguiram instilar no público a suspeição sobre todas as actividades intelectuais agitando um perigo vindo do estrangeiro. Tendo sido bem sucedidos, pretendem agora suprimir a liberdade de ensinar e privar dos seus postos de trabalho todos aqueles que se mostrem insubmissos, i.e., matá-los à fome.

O que deve fazer a minoria de intelectuais contra este mal? Francamente, eu só vejo a maneira revolucionária da não cooperação no sentido de Gandhi. Todo o intelectual que seja chamado perante uma das comissões deve recusar-se a depor, i.e., tem que estar preparado para ser preso e ficar arruinado economicamente, o que significa o sacrifício do seu bem-estar pessoal no interesse do bem-estar cultural deste país.

[Todavia] esta recusa a depor [não] deve ser baseada [no conhecido subterfúgio de invocar a Quinta Emenda contra uma possível auto-incriminação mas] na posição de que é vergonhoso para um inocente cidadão submeter-se a tal inquisição e que esta espécie de inquisição viola o espírito da constituição. Se muitas pessoas estiverem dispostas a dar este passo, serão bem sucedidas. Caso contrário, os intelectuais deste país nada melhor merecem do que a escravatura que lhes é destinada.»

Entre parêntesis rectos, uma parte não incluída no jornal, a pedido de Frauenglass a que Einstein acedeu, facto de que o físico se arrependeu mais tarde. Einstein defendia que alguém que fosse chamado a depor perante uma comissão do Congresso devia invocar a primeira emenda da Constituição dos EUA, que garante a liberdade de opinião e associação. Segundo ele, era errado invocar a quinta emenda, que confere a prerrogativa de uma pessoa não se auto-incriminar, porque tal seria admitir que o exercício de um direito (ser membro de um partido, por exemplo) pudesse ser incriminatório.

Ainda nesse ano, Al Shadowitz, também físico, outra testemunha que se recusou a responder, invocando a primeira emenda, alegou que estava a seguir o conselho do Professor Einstein. Corliss Lamont, um filósofo socialista, que

foi chamado a depor, também em 1953, negou ser – ou de alguma vez ter sido – comunista e invocou a primeira emenda para não fazer mais declarações. Enviou esse depoimento a Einstein. Este respondeu-lhe em carta datada de 2 de Janeiro de 1954 [TG] em que é bastante explícito sobre a sua posição:

«Agradeço-lhe ter-me enviado o seu excelente depoimento o qual, evidentemente, eu já tinha visto. Através da sua atitude, prestou ao país um importante serviço.

Há um ponto no seu depoimento que lamentei. É a sua declaração de que nunca foi membro do Partido Comunista. A condição de membro de um partido é uma coisa da qual nenhum cidadão tem qualquer obrigação de prestar contas.»

A correspondência entre Einstein e Lamont continuou (algumas cartas estão na rede) e é através dela que se conhece o texto completo da carta a Frauenglass publicada no «New York Times» porque o físico lhe enviou uma cópia. No seu livro sobre Einstein e o FBI, Fred Jerome faz o seguinte justo comentário:

«É difícil enfatizar o impacto electrificante do desafio de Einstein no ânimo de jovens professores e cientistas, entre outros, face à terrível escolha: o posto de trabalho ou a auto-estima. Einstein tinha publicamente desafiado, por duas vezes [casos Frauenglass e Al Shadowitz] em seis meses, os investigadores do Congresso.» [FJ]

Monteiro foi sempre um insubmisso – cientificamente, socialmente e politicamente – e tinha uma perspectiva ética próxima da de Einstein. O dilema com que Monteiro se confrontou, tanto em Portugal como, mais tarde, no Brasil, foi o de escolher entre «morrer à fome» e emigrar, uma vez que nunca quis abdicar das suas convicções.

Portugal

1915. Angola está a ferro e fogo. É a guerra, entre Portugal e a Alemanha, pela colonização do sul de Angola, e é a guerra também entre os candidatos a colonizadores e os negros [JR1]. Nesse ano em que António Aniceto, a mãe e a irmã vêm para Portugal, porque o pai, tenente de infantaria, tinha morrido de doença após uma missão de reconhecimento militar no sul de Angola, aí desembarcam o capitão João Sarmento Pimentel (1888-1987) e os seus homens, levados pelo navio «Cabo Verde». Os dois, António Aniceto Monteiro e João Sarmento Pimentel, encontrar-se-ão mais tarde no Brasil, exilados políticos, nos anos 40 e 60.

Entre 1917 e 1925, António Aniceto Monteiro frequenta o Colégio Militar, em Lisboa, onde se cruzou com Humberto Delgado (1906-1965), que era um ano mais velho. Cruzar-se-ão outra vez no Brasil nos anos 60.

Em 1930, Monteiro licenciou-se em Matemática na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Tinham-no precedido no mesmo curso, na mesma faculdade, Pedro Teotónio Pereira (PTP) e os irmãos Leite Pinto.

Pedro Teotónio Pereira (1902-1972) era de uma família que remonta ao século XVIII, muito rica, dona da companhia de seguros Fidelidade. Era monárquico, aderiu ao movimento integralista e tornou-se admirador de António Sardinha. Lançou, com Marcelo Caetano, a revista «Ordem Nova», «*recheada de firmes convicções que começavam a preocupar os teóricos da democracia*» e «*era para a juventude uma porta de entrada para as fileiras de nosso [deles] nacionalismo*» ([PTP], pág. 35). Licenciou-se em 1925 no mesmo dia do seu «*constante companheiro na Faculdade, Luís Leite Pinto*» ([PTP], pág. 50). Foram os dois para a Suíça estudar Cálculo Actuarial. Luís Filipe Leite Pinto (1904-?) era o irmão mais novo de Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), ambos alunos brilhantes. Luís teve uma carreira empresarial e política: foi, entre outras coisas, administrador da companhia de seguros Fidelidade, procurador à Câmara Corporativa e teve alguns cargos nos governos de Salazar. Teotónio Pereira era também muito amigo de Francisco Leite Pinto, «*o Xico*», seu «*companheiro de muitos anos*» ([PTP], pág. 50).

Quando Salazar veio para Lisboa, para Ministro das Finanças, tornou-se amigo de Teotónio Pereira, a ponto de este o convidar frequentemente para passeios no Tejo num dos seus barcos. Salazar rapidamente o cooptou para o governo. Foi, sucessivamente, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-1936), Ministro do Comércio e Indústria (1936-1937), «*agente especial*» de Salazar junto de Franco (1938) e, mais tarde, Embaixador em Espanha (1938-1945), Embaixador no Brasil (1945-1947), Embaixador nos EUA (1947-1950), Embaixador no Reino Unido (1953-1958), Ministro da Presidência (1958-1961) e, outra vez, Embaixador nos EUA (1961-1963). Neste seu último posto ficou a saber que estava gravemente doente, pelo que nunca chegou a suceder a Salazar, de quem era considerado delfim a par com Marcelo Caetano.

Os destinos de António Aniceto Monteiro e de Teotónio Pereira cruzaram-se, como veremos, em Portugal, no Brasil, e, de certa maneira, em Espanha.

Francisco Leite Pinto nem era um mês mais velho que Teotónio Pereira. Este só terminou o curso ao mesmo tempo que Luís Leite Pinto, provavelmente,

porque primeiro tentou fazer o curso da Escola Naval. Francisco continuou a estudar em Paris (1929-1934) onde tirou vários diplomas, entre os quais, o de Engenharia Civil. Foi professor catedrático no ISCEF (1940-1950), na Escola do Exército (1948-1949) e no IST (1949), tendo chegado a reitor da Universidade Técnica (1963-1966). Politicamente, teve diversos cargos como, por exemplo, secretário da Junta de Educação Nacional (JEN) (1934-1936) e do Instituto para a Alta Cultura (IAC) (1936-1939) que lhe sucedeu, vogal da direcção do IAC (1942-1952), dirigente da Mocidade Portuguesa (1937-1945), deputado da Assembleia Nacional (II legislatura, 1938-1942), procurador à Câmara Corporativa (VI legislatura, 1953-1957) e Ministro da Educação Nacional (1955-1961). Monteiro lidou com ele tanto em Paris como em Lisboa. Talvez o tenha encontrado em Saragoça, Espanha, em 1940.

Quando António Aniceto Monteiro em 1931 vai para Paris, apoiado por Pedro José da Cunha e com uma bolsa da JEN, já aí estava Francisco Leite Pinto [AF]. Era presidente da JEN Augusto Celestino da Costa que viria a ser um dos expulsos de 1947 por pertencer ao Movimento de Unidade Democrática. O secretário da JEN, com quem Monteiro tratava dos assuntos respeitantes à sua bolsa, era Luís Simões Raposo (1898-1934), médico. A admiração de Monteiro por Celestino da Costa e Simões Raposo está subentendida na entrevista que se reproduz no Anexo 1.

Entre muitos outros, estava em Paris, além de Monteiro e Leite Pinto, António Medeiros de Gouveia (1900-1972), geógrafo, natural da Ilha do Corvo, que faz sentido destacar porque viria a fazer parte da direcção do IAC.

O relacionamento de Monteiro com Simões Raposo era cerimonioso mas, do ponto de vista político, muito franco e, até, cúmplice. Isso mesmo se constata no artigo, de Augusto Fitas, «*As relações entre...*» [AF], que é importante que seja lido integralmente se se quiser ter uma ideia bastante completa da passagem do matemático por Paris. Por exemplo, numa carta datada de 20 de Dezembro de 1932, Monteiro escreve-lhe a dado passo:

«Cada vez me convenço mais que a nossa Terra é uma miséria, sob todos os pontos de vista. O pior é que o problema não se resolve com a meia dúzia de indivíduos que andam cá por fora. Está tudo por fazer, e essa malfadada dita nunca mais cai. E se cai? Qual é o conjunto de homens que será capaz de realizar uma política avançada? Quem é capaz de realizar o ressurgimento intelectual, económico, industrial, político e moral do nosso povo?» ([AF], pág. 104).

É quase impossível deixar de reconhecer o seu estilo inconfundível, o mesmo das duas entrevistas dos anexos. O seu empenhamento político é evidente e repete-se noutras cartas a Simões Raposo. O problema é que este morre prematuramente e é substituído por Francisco Leite Pinto. Francisco Leite Pinto era salazarista, amigo de Teotónio Pereira, e, portanto, embora o conhecesse bem, já Monteiro não podia abordar com ele questões políticas como fazia com Simões Raposo. Em [AF] pode ler-se o seguinte trecho de uma carta Leite Pinto a Rodrigues Lapa (que tinha sido um dos expulsos de 1935):

«*Neste ninho e pátria de Águias, à ilhargá de Santa Comba (onde nasceu, por muito que lhe doa, um homem superior) deve-lhe ser grato saber que o Ministro da Instrução da Ditadura Nacional, autorizou ontem transferências nas verbas do (...)*» ([AF], págs. 108 e 109)

É muito provável que Francisco Leite Pinto, ao chegar à JEN para ocupar o posto deixado por Simões Raposo, tenha dado com as cartas de Monteiro. . .

Quando António Aniceto Monteiro e família regressam a Portugal em 1936, a guerra de Espanha tinha-se iniciado havia pouco. Salazar nomeia Pedro Teotónio Pereira seu «agente especial» junto de Franco. Mais tarde tornar-se-á embaixador. Teotónio Pereira segue o avanço das tropas fascistas até se fixar em Madrid. Finda a guerra de Espanha, começa a 2ª Guerra Mundial. A França é ocupada. Caeiro da Mata será nomeado representante de Portugal em Vichy e ainda falta algum tempo para que seja ele a expulsar Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes em Outubro de 1946; três anos depois, em 1949, assinará a adesão de Portugal à NATO previamente preparada pelo então embaixador de Portugal em Washington, Pedro Teotónio Pereira.

Rosa Casaco, que assassinará Humberto Delgado em 1965, faz regularmente o transporte de correspondência «diplomática» entre Espanha e Portugal, entre Teotónio Pereira e Salazar [SE1], [SE2]. Para Teotónio Pereira, Rosa Casaco é «o correio regular», «o portador habitual», «o rapaz» e nunca é mencionado pelo nome talvez por ser um vulgar agente da PIDE. Mas menciona com gosto Duarte Nuno de Bragança, por exemplo, quando é ele que leva o correio. Nas suas cartas, também faz referência a outras personagens como, por exemplo, Cabral de Moncada, Cordeiro Ramos, Caeiro da Mata e Agostinho Lourenço. Os dois primeiros ainda falaremos deles. O quarto, chefe da PIDE, menciona-o numa carta a Salazar enviada do Brasil: «*Mando ao Lourenço elementos seguros sobre a vinda de panfletos comunistas para aqui*».

Na península ibérica todos são amigos de todos e todos se odeiam cordialmente. Todos se temem e todos desconfiam de todos. Uns são mais pró-nazis, outros são menos. Todos? Não é bem assim, apenas aqueles que mandam. Quando a Divisão Azul (espanhola) vai ajudar a Alemanha a combater a União Soviética, Teotónio Pereira regozija-se (*«Eu declarei que frente ao Comunismo mantínhamos a nossa posição de sempre e concordei que o caso dava à Alemanha grande força moral»* – Carta de PTP a Salazar datada de 25 de Junho de 1941). Afinal, os inimigos dos nossos inimigos, nossos amigos são, não é verdade? Quando Serrano Suñer, hitlerófilo, cunhado e rival de Franco, por iniciativa própria, vai falar com Hitler, propõe-lhe dividir África a meio, ao que este lhe sugere que invada Portugal e fique com as colónias portuguesas... (Carta de PTP a Salazar datada de 5 de Junho de 1941)

E os povos? Os povos sofriam e lutavam.

Um desses combates, que envolveu Monteiro, deu-se no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências que se realizou em Saragoça entre 15 e 21 de Dezembro de 1940. Em 23 de Novembro, o embaixador Teotónio Pereira escreve a Salazar:

«Antes do fim de Dezembro há em Saragoça o Congresso para o Progresso das Ciências em que Portugal terá lugar de honra. Rogo a V. Ex.^a que recomende ao Dr. Mário Figueiredo para se interessar pessoalmente pelo assunto no I. para a Alta Cultura.

Foi-nos oferecida uma das três conferências de alta cultura (a que assistirão todos os congressistas) e parece indispensável que não recusemos. É preciso escolher alguém que faça coisa brilhante e que nos honre.»

A carta do embaixador mostra que os assuntos importantes do IAC eram tratados com Mário de Figueiredo que era o Ministro da Educação Nacional (foi ministro entre 28 de Agosto de 1940 e 7 de Setembro de 1944). Diz o «Diário da Noite» que Monteiro, nesse congresso, juntamente com outros cientistas, se recusou *«a fazer a saudação fascista na presença de Franco, ocasionando um grave incidente»*. Acrescenta o jornal que *«após tal ocorrência sua situação em Portugal tornou-se insustentável»* (Anexo 2). O embaixador não faz qualquer referência a este incidente nas suas cartas talvez porque a guerra estivesse a atingir o seu auge e era uma absoluta prioridade.

Outra forma de luta daqueles que, em Portugal, se opunham ao fascismo foram os passeios no Tejo, organizados por Alves Redol e António Dias

Lourenço. No seguinte trecho, este recorda alguns dos participantes nestes passeios:

«*Não posso lembrar-me de todos os participantes numa ou noutra dessas excursões [os passeios no Tejo], pois já lá vão muitos anos, mas recordo nomes como os de Bento Caraça, Hugo Ribeiro, Aniceto Monteiro, Antonino de Sousa, Silva Paulo, Lopes-Graça, Ramos da Costa, Piteira Santos, Manuel Mendes, Santa Rita, Sidónio Muralha, Rui Grácio, Alexandre Cabral, Campos Lima, Fiadeiro, Mário Faria, Arquimedes Santos, Alfredo Pereira Gomes, Jaime Pereira Gomes, e ainda Lídia Monteiro, Pilar Ribeiro, Cândida Caraça, Estela Piteira Santos, entre outros de cujos nomes não me recordo agora.*» ([MCR], pág. 140)

Os passeios de barco não eram só uma forma de convívio, tinham também um carácter político e cultural. Incluíam debates e palestras como conta José Patrício da Costa:

«*Por isso [em resultado da acção de Soeiro Pereira Gomes], tivemos nomes ilustres a deslocarem-se propositadamente a Alhandra para ministrarem úteis ensinamentos a uma assistência que deles tanto carecia. Foi uma época de euforia para mim e para quantos colaboraram com Pereira Gomes na organização dessas sessões culturais. Aliás, o caso não era para menos. Termos tido, entre nós, dando verdadeiras lições, sumidades como Agostinho da Silva, Aniceto Monteiro, Antonino de Sousa, Lopes-Graça, entre outros cujos nomes não me ocorrem de momento, foram acontecimentos nada fáceis de esquecer.*» ([MCR], págs. 95-96).

Naqueles tempos, as reuniões políticas, à falta de casa, faziam-se ao ar livre, como conta Manuela Cândia Reis, esposa de Soeiro Pereira Gomes, a propósito de uma com Álvaro Cunhal realizada na praia:

«*Olho o rosto [de Álvaro Cunhal] emagrecido e relembro-o na Caparica a receber “Amigos” de que agora fazes parte com uma alegria tamanha. Alegria e orgulho, também, desde que ele te convidou para aquele encontro secreto “mascarado” de piquenique, no longo areal da Costa.*

É o mais jovem do grupo mas é ele quem vai falar sentado num rochedo alongado, pouco acima do areal, enquanto os outros se instalam, uns sentados outros deitados como que a banhos de sol...

Tempo de me afastar para longe caminhando à beira d’água. Era ainda Primavera, não se via um só banhista, tudo me parecia deserto. Mas é que não estava assim tanto... porque vinha gente a correr quando aconteceu o desastre.

Vinha o Aniceto chamar-me caminhando ao meu encontro (ia começar o almoço) quando surge no horizonte a pequena avioneta em estranho voo ondulante. (...) Pica e chapa-se no mar perto da quebra das ondas! Vai o Aniceto acudir juntamente com gente estranha que aparece de vários lados.» ([MCR], págs. 127-128).

Embora aqui se fale em Primavera, esta reunião pode ter acontecido em 27 de Agosto de 1941, dia em que um avião britânico foi parar à Costa de Caparica.

Soeiro Pereira Gomes fala desta, ou de outra, reunião na Caparica numa carta que escreveu ao seu irmão Alfredo, em 14 de Outubro de 1941:

«Nas férias [na Costa de Caparica] estreitei relação com o Álvaro Cunhal (do melhor que a nossa geração possui...), que se prontificou a fazer-me a capa do livro [Esteiros]. É um amador cheio de talento, assim como o pai, um velho que faz inveja a muitos novos. Já me fez três vinhetas ou pequenos desenhos admiráveis para as três primeiras partes.

Nas férias conheci também melhor um teu colega: Aniceto Monteiro, que dizem ser um grande matemático. Esteve cinco anos com bolsa de estudo em Paris, e agora pertence aos Altos Estudos, segundo creio. Mas não se conforma com o ambiente estreito nacional e está a ver se parte para as Américas. Gostaria bem que o conhecesses.» ([GR], pág. 130)

António Aniceto Monteiro foi *«bolseiro fora do País desde Julho de 1931 a Junho de 1936 [Doutoramento em Paris], bolseiro no País [do IAC] desde Julho de 1936 a Setembro de 1936, colaborador no serviço de Inventariação da Bibliografia Científica existente em Portugal desde Junho de 1937 a Dezembro de 1942 [pago pelo IAC]»* (Miller Guerra em 26 de Novembro de 1976 [BAAM])

O que se passou para Monteiro não ter continuado com a bolsa do IAC, findo Setembro de 1936? É que, em 14 de Setembro, saiu o Decreto-lei nº 27003 que obrigava os funcionários ao tal compromisso político. Uma carta da FCUL de 7 de Outubro de 1976, provavelmente redigida por Alfredo Pereira Gomes e assinada por ele e outros professores [BAAM], explica que *«em Outubro do mesmo ano [1936] [Monteiro foi] demitido pela honrosa razão de não assinar a declaração do conhecido decreto nº 27003 [“Declaro por minha honra que estou integrado no ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”] ficando em consequência impossibilitado de prosseguir uma carreira docente universitária o que havia de o conduzir ao exílio anos mais tarde.»*

Manuel Valadares diz exactamente o mesmo, por outras palavras, numa «*carta cuja publicação foi recusada por um jornal de Lisboa*», publicada pelo jornal República, de 9 de Novembro de 1945:

«*Regressado ao País e mau grado o valor dos trabalhos que realizara no estrangeiro, não encontrou lugar no corpo docente de nenhuma das três Faculdades de Ciências do País. Passou então a viver com uma modestíssima bolsa que o IAC lhe concedeu; passados alguns meses, exigiram-lhe, para poder continuar a ser bolseiro, a assinatura de um compromisso político – que pessoa alguma lhe havia imposto ao enviá-lo para o estrangeiro. Tendo-se recusado a assinar um compromisso que repugnava a sua consciência, deixou de ser bolseiro, e a sua vida e a dos seus decorreu, de aí em diante, em condições de dificuldade económica que, por vezes, roçaram pela miséria.*» [BAAM]

O que fez Monteiro depois de Setembro de 1936, depois de se ter negado a assinar o compromisso político, para ganhar (mal) a vida? É Miller Guerra que o diz, como já vimos: foi «*colaborador no serviço de Inventariação da Bibliografia Científica existente em Portugal desde Junho de 1937 a Dezembro de 1942 [pago pelo IAC]*». Pode-se acrescentar que deu, também, «*muitas aulas particulares, desde 1936 até*» à sua ida para o Brasil (Anexo 1). Além disso, realizou «*numerosos cursos, conferências e palestras nas Faculdades de Ciências de Lisboa, Porto e Coimbra, no Instituto Superior Técnico, no Centro de Estudos Matemáticos do próprio Instituto para a Alta Cultura em que desempenhava as funções de director de pesquisas.*» (Anexo 1). Porém esta actividade não a desempenhou «*como funcionário público, mas como cidadão que tinha deveres a cumprir para com a cultura portuguesa.*» (Anexo 1)

O trabalho de Monteiro como «*colaborador no serviço de Inventariação da Bibliografia Científica*» não exigia com certeza a assinatura do tal compromisso político e dar-lhe-ia algum magro provento mas só durou até ao final de 1942.

Em 25 de Outubro de 1941, Augusto Celestino da Costa fez, na Câmara Municipal de Lisboa, uma conferência intitulada «*Lisboa, capital de Portugal*» [ACC] onde disse que era Lisboa e não Coimbra a capital cultural do país [AC]. A Universidade de Coimbra, de onde eram oriundos Salazar, Mário de Figueiredo e muitos membros do governo, não gostou. Foi algo semelhante ao que aconteceu com a publicação, dez anos mais tarde, do livro de Aquilino Ribeiro «*Príncipes de Portugal: suas grandezas e misérias*» que acabou por ser proibido. Celestino da Costa foi demitido da presidência do

IAC e de director da Faculdade de Medicina pelo ministro Mário de Figueiredo, amigo de Salazar desde os tempos em que ambos frequentavam o Seminário.

Uma nova direcção do IAC é empossada em 13 de Fevereiro de 1942: Gustavo Cordeiro Ramos (presidente), Amândio Joaquim Tavares (vice-presidente, com o pelouro da Investigação Científica), Luís Cabral de Moncada (vice-presidente, com o pelouro da Expansão Cultural), Francisco de Paula Leite Pinto (vogal), João Rodrigues da Costa Couto (vogal) e António de Medeiros Gouveia (secretário).

Quem era o novo presidente do IAC? Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) era professor catedrático (de literatura alemã) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Teve os cargos de Ministro da Instrução Pública, procurador à Câmara Corporativa e outros. Foi, segundo o sítio do parlamento português, «*um dos principais ideólogos na formação da política da educação do Estado Novo, tendo por modelo a ideologia nazi*». João Medina chama-lhe salazarista, hitlerófilo e germanófilo [JM]. Quanto a Cabral de Moncada, professor de Direito da Universidade de Coimbra, atentemos ao que diz Alberto Amaral, comentando um livro de Luís Reis Torgal:

Apesar da dificuldade de análise, parece inquestionável que a Universidade de Coimbra albergou inegavelmente professores de ideologia fascista, ou mesmo nazi. Bastarão duas citações, a primeira de Cabral Moncada: “Fundai uma república em Portugal; mas fundai uma república [...] longe do odioso e odioso espírito judaico, o inimigo nato de todas as pátrias; e longe [...] do estúpido bolchevismo moderno, inimigo de todos os valores do espírito e, portanto, de toda a civilização e de toda a cultura” (...)» [AA]

Em carta de 13 de Dezembro de 1942, Bento de Jesus Caraça escreve a Guido Beck:

«Sobre o assunto do Monteiro, infelizmente as notícias não são boas. [ilegível] sabe que, por iniciativa do Ministro da E. Nacional [Mário de Figueiredo], os seus serviços foram dispensados e, sendo assim, acredito que se possa resolver a sua situação no Brasil, caso ele o queira.» [AF-AV]

Quer isto dizer que mesmo o magro subsídio que Monteiro recebia lhe foi retirado no final de 1942. Que lhes restaria fazer, a ele e à família? «Morrer à fome»?

No dia 4 de Fevereiro de 1943, Ruy Luís Gomes, Alfredo Pereira Gomes e Luís Neves Real, fazem ao Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Matemática uma proposta [BAAM] cujo texto finalizava assim:

«Propomos que a Sociedade Portuguesa de Matemática faça sentir ao Instituto para a Alta Cultura a necessidade de assegurar ao Dr. António Monteiro os meios indispensáveis à continuidade da sua obra.»

Em 6 de Fevereiro outros sócios da SPM se associaram [BAAM] à proposta: Pedro José da Cunha, A. A. Ferreira de Macedo, Aureliano de Mira Fernandes, Bento de Jesus Caraça, A. Gibert, P. de Varennes e Mendonça, José Duarte da Silva Paulo, António J. Baptista dos Santos, Augusto de Macedo Sá da Costa, Aurélio Marques da Silva, Humberto Augusto Carneiro de Sousa e Menezes, Manuel Telles Antunes, José Ribeiro de Albuquerque, Fernando Vasco Alves da Veiga de Oliveira, Vergílio Simões Barroso, Rafael de Oliveira Borralho, José Sebastião e Silva, Orlando Morbey Maria Rodrigues, Manuel Augusto Zaluar Nunes, Victor Hugo de Lemos, José Vicente Gonçalves, Inácio Francisco da Silva e mais sete de assinaturas que não consegui identificar.

Naturalmente que estas pessoas entendiam que a resolução do caso Monteiro dependia do IAC. Esta proposta foi levada à reunião de 24 de Fevereiro da direcção da SPM e foi aceite. O que aconteceu, depois, desconheço. Provavelmente a resposta foi negativa ou não existiu. Assim, só lhe restava emigrar.

Chegado a este ponto o leitor já percebeu que não foi por estar «*saturado da obstrução dos colegas*» ([JB1], pág. 18) que Monteiro partiu para o exílio. Também não foi por os seus «*pares*» (que «*pares*», se ele estava desempregado?) o terem rejeitado bem como «*à modernização que ele representava*» ([JB1], pág. 18). Essas afirmações e outras no mesmo sentido são inteiramente falsas. A verdade está toda na entrevista de António Aniceto Monteiro, de 10 de Novembro de 1945, transcrita no Anexo 1, e nas cartas de Manuel Valadares de 9 de Novembro de 1945 e de Alfredo Pereira Gomes de 7 de Outubro de 1976, já citadas.

Após uma espera angustiante e uma passagem pelo Porto a convite da Junta de Investigação Matemática (JIM), António Aniceto Monteiro e família embarcaram no navio «Serpa Pinto», rumo ao Brasil, no dia 28 de Fevereiro de 1945.

Brasil

A bordo do «Serpa Pinto» viajavam também Gago Coutinho, o maestro Frederico Valério e dois secretários da embaixada de Portugal (Carlos Pedro Pinto Ferreira e José Ferreira Pedroso de Lima). Chegaram ao Rio de Janeiro

no dia 16 de Março. A informação pode ser lida no «Diário da Noite». Na viagem, Monteiro teve com quem falar e assunto de conversa: Gago Coutinho tinha estado envolvido com Ruy Luís Gomes numa polémica, nas páginas da «Seara Nova», porque o almirante rejeitava a Teoria da Relatividade [JR3]; José Ferreira Pedroso de Lima tinha sido seu colega, do mesmo ano, no Colégio Militar ([OE], págs. 613 e 615). Pedroso de Lima era bem conhecido de Teotónio Pereira, futuro embaixador no Brasil, que dele dizia ser «*um rapaz inteligente e (...) com vontade de acertar*» numa carta a Salazar de 20 de Outubro de 1940.

A partir desta data, 16 de Março de 1945, os jornais brasileiros passam a relatar com regularidade a actividade profissional e política do matemático português. Daremos conta quase exclusivamente das notícias sobre esta última, sendo que da primeira o que se pode ler são anúncios de seminários e eventos similares.

Em 12 de Abril, morreu Franklin Delano Roosevelt. No dia 19, o «Correio da Manhã» noticia «*a convocação de portugueses antifascistas de todos os matizes políticos para uma reunião de afirmações doutrinárias e de homenagem a Roosevelt na sede da União Nacional dos Estudantes*». O jornal cita, como «*valores*» da colónia portuguesa, os nomes de José Augusto Prestes, Raul Monteiro Guimarães, Gervásio Seabra, Moura Pinto, Marques Ribeiro, Jaime de Moraes, Aniceto Monteiro, Sarmento de Beires, Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime Cortesão, Novais Teixeira, Sarmento Pimentel, Raul Pereira, Dolores Gonçalves, Câmara Pires, António Rocha e António Amorim. Diz ainda que se pensa «*na formação de um “comité” (...) para coordenar as energias e directivas dos portugueses exilados*».

«Sarmento Pimentel» é o capitão João Sarmento Pimentel que desembarcou no sul de Angola em 1915, como já referimos. «Sarmento de Beires» é José Manuel Sarmento de Beires (1893-1974), major da Força Aérea, que realizou, com outros, o voo Lisboa-Macau em 1924 e a travessia aérea noturna do Atlântico Sul em 1927; em 1928 participou num movimento militar falhado, contra o governo, tendo passado à clandestinidade; foi preso em 1933 e, mais tarde, exilou-se no Brasil. José Manuel Sarmento de Beires era amigo de Mira Fernandes e irmão de Rodrigo Sarmento de Beires (1895-1974), professor catedrático de matemática na Universidade do Porto. Monteiro conheceu Rodrigo Sarmento de Beires quando esteve no Porto.

Hitler morre em 30 de Abril. O governo de Salazar declara luto nacional. O jornal «O Século», de 3 de Maio, diz que «*por motivo do falecimento do chefe de Estado da Alemanha, nos edifícios públicos e nos quartéis a*

bandeira nacional foi içada ontem a meia adriça, mantendo-se assim até amanhã, às 12 h» [OS]. Emocionado, no dia 5 de Maio, Teotónio Pereira, embaixador em Espanha, escreve a Salazar:

«Fez aqui muita impressão o luto ordenado por V. Ex.^a a respeito da morte de Hitler. Em Espanha nada se fez. Inútil dizer como isto humilhou o sentimento nacional. (...)

Também aqui a tristeza não pode ser maior. Em Portugal, existe, como V. Ex.^a escreve, tristeza e horror. Aqui respira-se por toda a parte tristeza e vergonha. Como se pode chegar à Paz por caminhos desta ordem? O horizonte está cheio de sombra. Não se vê nenhuma luz.

Creio que vamos passar momentos terríveis – terrivelmente difíceis mas curtos. Também concordo que há que ter paciência e não perder a cabeça. Pelo que nos respeita – se o país se aguentar – creio firmemente que nos salvamos. Deus continue a ajudar V. Ex.^a e a iluminar-lhe o caminho.»

Na carta seguinte, de 9 de Maio, conta o que sentiu ao ver a bandeira portuguesa no pau da Embaixada: *«Não me agradou aquilo e fi-la arrear sem mais cerimoniais e guardá-la na gaveta. Este foi o meu luto pois não me chegaram felizmente ordens sobre o mesmo»*. Mais adiante, na mesma carta, diz que enviou *«telegramas festivos»* aos embaixadores do Reino Unido e dos EUA...

Em 1945 o Brasil vivia ainda debaixo da ditadura de Getúlio Vargas (presidente desde 1930) implantada por um golpe de estado em 1937. Ao regime que durou os oito anos que vão de 1937 a 1945 foi dado o nome de Estado Novo, copiado daquele dado por Salazar ao regime fascista português em 1933. Quando Monteiro chegou ao Brasil estava-se no término da ditadura. Era um momento de grande abertura política porque o final da 2ª Guerra Mundial impunha a introdução de reformas democráticas. No dia 2 de Abril foram restabelecidas as relações diplomáticas com a União Soviética. Em 28 de Maio é promulgado um novo código eleitoral que permite eleições directas. No dia 29 de Outubro Getúlio Vargas é obrigado a renunciar.

Entretanto o ex-embaixador em Espanha ia fazendo a sua entrada no Brasil. O «Correio da Manhã» de 5 de Outubro de 1945 publicava a notícia: *«Ao que nos informam, foi já concedido pelo Itamaraty o “agrément” para o nome do Dr. Pedro Teotónio Pereira como embaixador de Portugal»*. E, mais adiante, acrescentava, ironicamente: *«Teotónio Pereira é por muitos considerado a única mentalidade de primeiro plano ligada à situação ainda vigente em Portugal»*. O novo embaixador chegou ao Brasil no dia 5 de Janeiro de 1946.

Um dos motivos pelos quais Salazar mandou um dos seus homens de confiança, um embaixador de topo, para o Brasil em 1945 pode estar num «relatório» enviado do Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1942 por António Augusto Pires de Lima ([MF-OS], págs. 87-92) onde alertava Salazar para o ambiente de hostilidade contra o regime português lá existente e, em particular, para a actividade dos exilados políticos portugueses, com destaque para Tomás Ribeiro Colaço, dando oito conselhos de carácter persecutório. Saliento quatro deles:

«1) *Os consulados deveriam acompanhar com mais método e proximidade os nossos emigrantes estabelecendo os ficheiros em que atrás falo, premiando os que se mantivessem firmemente portugueses, desaconselhando-lhes a naturalização, de acordo com a Polícia Internacional daí, estabelecendo pressões delicadas e discretas no sentido de disciplinar as suas actuações políticas;*

2) *Estabelecimento de uma verba de propaganda (os jornalistas brasileiros não são caros) que permitisse uma acção paralela ou talvez mais intensa junto dos jornais do que aquela que é exercida pelos norte-americanos;*

3) *Envio de um ou dois agentes da Polícia que auxiliassem a obra diplomática e consular junto dos nossos emigrantes;*

(...)

8) *Controlar todos os discursos e conferências de pessoas que aqui vierem oficialmente e que nem sempre têm a exacta compreensão dos seus deveres.»*

Em 10 de Novembro, sai, no «Correio da Manhã» a entrevista a Monteiro «*Duzentos contos de matemática. . .*» que se transcreve na íntegra no Anexo 1.

No dia 18 de Novembro, a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (SADP) e os Comitês Antifascistas dos Portugueses do Rio, Niterói e São Paulo, promoveram, na União Nacional dos Estudantes, «*um comício monstro para protestar contra a ditadura que por 19 longos anos infelicitou Portugal*». Segundo vários jornais a «*notícia foi dada pelo Prof. António Aniceto Monteiro, exilado político português, lente da Faculdade Nacional de Filosofia. Acentuou o informante que reina um verdadeiro pavor em Portugal e que os portugueses odeiam o fascismo que oprime a sua liberdade*». Com estas palavras, os jornais dão a entender que Monteiro estava na organização do protesto. O comício realizou-se no dia em que, em Portugal, estavam a decorrer as «*eleições promovidas por Salazar*», «*classificadas como uma farsa*».

Os oradores foram: Hermes Lima (presidente da SADP), Homero Pires, Lúcio Pinheiro dos Santos, António Aniceto Monteiro, Moura Pinto, Sar-

mento de Beires, Tomás Ribeiro Colaço, Novais Teixeira, Figueiredo de Lima, Hilton Lobato e outros. O «Diário de Notícias» do dia 20 traz uma fotografia ao alto da terceira página em que se vê um orador, Hermes Lima, de pé, e, ao seu lado direito, o matemático português.

No dia 2 de Dezembro realizam-se, no Brasil, eleições directas para Presidente da República, para o Senado e para a Câmara dos Deputados. É eleito Presidente da República o general Gaspar Dutra que tomará posse a 31 de Janeiro.

No dia 25 de Janeiro de 1946, o jornal «A Noite» noticia que, na véspera, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), se realizou «*uma festa de confraternização democrática luso-brasileira*». O «*pretexto da festa foi o de homenagear (...) Hermes Lima (...) há pouco eleito deputado ao Parlamento Constituinte pelo povo carioca*».

Mais adiante, dizia que «*Hermes Lima é o presidente da Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, fundada (...) a fim de apoiar o esforço dos democratas lusos no sentido de por termo a um regime de opressão e de mentira que, ao lado de Espanha, se constitui em excepção intolerável no panorama democrático da Europa*».

O jantar foi promovido pela União dos Democratas Portugueses de que era presidente Ricardo Seabra de Moura, e estavam presentes, entre outros, Sarmiento de Beires, Sarmiento Pimentel, Jaime Morais, Pinto de Miranda, Moura Pinto, Jaime Cortesão, Tomás Ribeiro Colaço e «*o jovem professor António Monteiro, que teve de abandonar a sua cátedra [sic] universitária e a sua pátria, porque o seu brio cívico não lhe permitir assumir outra posição que não fosse de franca hostilidade à ditadura*».

Em 7 de Fevereiro, o «Correio da Manhã» e o «Diário de Notícias» publicam um telegrama dirigido ao presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, o belga Paul Henri Spaak, pedindo que «*reconheça o perigo de um tal regime [o português] e contribua para cessarem as deploráveis e poderosas complacências que lhe dão alento a fim de tornar possível, por seu próprio esforço, a reconquista das liberdades públicas*». Seguem-se mais de 60 assinaturas entre as quais as de Monteiro, Ricardo Seabra, Jaime Cortesão e Sarmiento Pimentel.

No segundo jornal e com a mesma data, vem um artigo com o sugestivo título «*Fascista mesmo antes de Franco tomar o poder*» e o subtítulo «*Traços sobre a personalidade do Sr. Eduardo Aunós, novo embaixador da Espanha no Rio, segundo uma nota da Associação Brasileira dos Amigos do Povo*».

Espanhol». Diz a notícia a dado passo: «*Ontem, foi Pedro Teotónio Pereira. Hoje, é Aunós. O fascismo está em casa. Não procura roupagens novas: desafia. Vem para actuar contra a democracia e para propagar a velha semente do ódio e da guerra fratricida*».

Estas palavras contra Aunós vieram despertar em Teotónio Pereira o receio de que os brasileiros se voltassem contra ele. Quando Pedro Teotónio Pereira chegou ao Brasil, aguardava-o um ambiente de tremenda hostilidade que se manifestava na Câmara dos Deputados, na imprensa e no núcleo de refugiados políticos portugueses. Em carta de 25 de Fevereiro, queixa-se a Salazar dos epítetos que lhe dirigiam:

«*Já nessa manhã [16 de Fevereiro] os jornais esquerdistas vinham exultantes com o ataque e surgiam os primeiros artigos violentos (...): espião nazista, amigo da falange, conspirador contra segurança do Brasil. Uma canalha! V. Ex.^a nem supõe o que isto é.*»

Teotónio Pereira temia que os brasileiros quisessem unir o seu destino ao de Eduardo Aunós Pérez que foi rejeitado, pelo Brasil, como embaixador espanhol, por causa das suas actividades a favor dos nazis e contra os americanos. O jornal «A Noite» dizia que a actuação de Eduardo Aunós no Brasil «*seria prejudicial à causa continental*», pois que ele «*não passava de um agente político de Franco interessado em implementar, na América do Sul, teorias de tendência fascista, contrárias ao espírito de solidariedade que une as Américas*» e informava que «*o Livro Azul norte-americano dava-o como implicado numa conspiração para enviar armas alemãs [nazis] para a Argentina*».

Finalmente na mesma carta, Teotónio Pereira escrevia que «*havia forma de partir os dentes à insídia*». Já veremos o que vai fazer.

Teotónio Pereira responsabiliza o embaixador que o precedeu no Rio, Martinho Nobre de Melo, pela hostilidade criada à sua volta: «*Toda a gente na colónia o aponta como culpado pelo rancor e pelo ódio a V. Ex.^a e a mim*». Quando fala sobre Martinho Nobre de Melo, natural de Cabo Verde, vem-lhe à tona o seu lado racista. «*Coisas de preto*», «*procedeu como um verdadeiro mulato*», «*outra vez o feitio de preto*», dizia ele a propósito do ex-embaixador.

O «Diário de Notícias» de 22 de Fevereiro de 1946, na secção «Conferências» traz a seguinte informação: «*DR. ANICETO MONTEIRO – Depois de amanhã, às 16 horas, na avenida Presidente Vargas, 2470, sobre “A situação política portuguesa” por iniciativa do Subcomité Profissional de*

Padeiros do Comité dos Portugueses Antifascistas do Rio de Janeiro». O «Tribuna Popular» do dia 23 apelida Monteiro «conhecido antifascista» e diz que o referido Comité «convida todos os seus aderentes e simpatizantes a comparecerem acompanhados de suas famílias e amigos».

Em carta de 17 de Março, o embaixador português queixa-se a Salazar da apatia da Câmara dos Deputados e da opinião pública perante a hostilidade contra o salazarismo de que ele era o representante: «Ninguém dizia uma palavra em nossa defesa (...)». Na sua correspondência acusa Sarmento Pimentel, Sarmento de Beires e, principalmente, Tomás Ribeiro Colaço, que escreve no «Correio da Manhã»: «No Correio da Manhã de ontem o miserável do Colaço escreve um artigo insolentíssimo...» (2 de Junho); «O artigo do Correio da Manhã de hoje contra Hoare é do patife do Colaço. (...) O revirinho que escreve aqui está reduzido a esse miserável e ao Beires.» (8 de Junho); «(...) [o] Correio da Manhã é o pior inimigo que temos aqui» (4 de Julho); «Colaço tem escrito vários artigos. Hoje, intima o Cardeal Cerejeira a definir-se! (...) E cada um dos nossos irreconciliáveis inimigos nesta imprensa vermelha tem procurado atirar a sua acha para a fogueira. (...) não creio nada que [a opinião pública] tenda a ser-nos favorável.» (8 de Setembro); «Claro que o “Correio da Manhã” e os órgãos comunistas continuam sempre as suas campanhas de ódio. Mas o completo silêncio dos restantes ainda impressiona mais (...)» (14 de Setembro); «Esta mentalidade que domina hoje certos sectores do Brasil é toda contra nós...» (15 de Outubro).

Por isso, Teotónio Pereira parte numa cruzada contra quem se opõe ao regime que ele representa. Em 10 de Agosto, envia a Salazar uma «página que ontem fizemos publicar no Correio da Manhã. Deve custar 25 contos (...)». Move todas as suas influências. São frequentes as suas idas ao Palácio do Catete falar com Gaspar Dutra, Presidente da República.

«Em praça pública, o povo pedirá, hoje, o rompimento com Franco»: este é o título do «Tribuna Popular» de 21 de Março de 1946. Em subtítulo, lê-se: «Um grande comício promovido pela ABAPE. Falam ao “Tribuna Popular” elementos da direcção daquela Associação. Oradores do comício». A ABAPE era a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol. Falaram no comício 15 pessoas entre as quais António A. Monteiro e Jorge Amado.

Passando os olhos, por acaso, pela mesma página do jornal dá-se com o seguinte título: «MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES PORTUGUESES. O embaixador de Salazar conferenciou com o ministro Negrão. Está indignado com os elementos que assistiram à conferência de Lindolfo Hill.

Pleiteia que os seus patrícios sejam punidos, à moda da terra» ... Mais palavras para quê?

O mesmo jornal, mas do dia seguinte, traz a reportagem do comício da ABAPE com uma fotografia da multidão no Largo da Carioca.

O «Correio da Manhã» de 7 de Julho dá conta de demissões em massa na Fundação Getúlio Vargas: «*Em crise a “fundação” do Sr. Simões Lopes*». Luís Simões Lopes, engenheiro agrônomo, era um político brasileiro, amigo de Getúlio Vargas, presidente do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), uma espécie de ministério do planeamento. Exerceu o cargo de 1938, ano da criação do DASP, a 1945, fim da ditadura. A Fundação Getúlio Vargas nasceu em 1944 com o objectivo de preparar pessoas qualificadas para a administração pública. Simões Lopes deu o nome à fundação e assumiu a presidência. Diz o jornal:

«Seu presidente? Algum homem de ciência, algum físico, algum matemático, algum grande intelectual? Não, o seu presidente era simplesmente o Sr. Luís Simões Lopes, apadrinhado do ditador, a quem prestou aquela homenagem, contra a opinião inclusive do ministro João Alberto [Lins de Barros], que, por mais que estimasse o Sr. Getúlio Vargas, não podia deixar de sentir quanto era inadequado e inoportuno o nome da novel instituição.»

Quando Getúlio foi deposto, Simões Lopes foi com ele, numa espécie de exílio interno, para o Rio Grande do Sul. Quem assumiu a direcção foi Paulo Assis Ribeiro. A saída de Simões Lopes foi uma oportunidade: foram criados os Núcleos Técnicos Científicos de Biologia, de Geologia e de Matemática [LF]. Maurício Matos Peixoto conta que foi chamado

«para montar esse núcleo o dr. Lélío Gama, cientista, astrónomo, matemático, um grande homem, inteligente, modesto (...) foi fundada uma revista, a Summa Brasiliensis Mathematicae, dirigida pelo Leopoldo [Nachbin] e que publicou alguns artigos bastante importantes e sobreviveu ao núcleo da Fundação. (...)

Basicamente, o grupo que compunha o núcleo era: Lélío Gama, Leopoldo Nachbin, eu, António Aniceto Monteiro, um professor português antissalazarista que veio fugido de Portugal. Da Faculdade de Filosofia vieram Maria Laura Mouzinho e Alvércio Moreira Gomes, acho. Com excepção de Lélío Gama, que já era famoso, era um grupo de pessoas muito jovens, em início de carreira.» [MMP]

Com o passar do tempo, a situação política estabilizada, os getulistas, como Simões Lopes, foram regressando ao Rio de Janeiro. O «Correio da Manhã» continua assim a notícia:

«Mas o Sr. Luís Simões Lopes voltou em fins de Abril do Rio Grande (...) Ao então director executivo interino, Sr. Marcelo Brasileiro de Almeida, ordenou que tratasse de suprimir os núcleos científicos e reduzisse as actividades que estavam sendo feitas, convertendo as salas de pesquisas em salas de aulas para uma coisa mais acessível, de frutos imediatos.»

Segundo o jornal, só do Núcleo de Matemática e Física [sic] demitiram-se: Lélío Gama, Oliveira Castro, António A. Monteiro, Leopoldo Nachbin, Maurício Matos Peixoto, Ernesto de Oliveira Júnior, Leite Lopes, A. Dias Tavares e Alvércio Moreira Gomes. No curto tempo da sua existência, o Núcleo de Matemática tinha realizado um trabalho notável. Além da revista «Summa Brasiliensis Mathematicae», ficou a semente que, poucos anos depois, daria origem ao Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) (ver [LF], [MMP]).

O «Correio da Manhã» de 29 de Setembro anuncia «um acto cívico, comemorativo do 36º aniversário da proclamação da República em Portugal» a realizar em 5 de Outubro «no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)» pelos «Democratas Portugueses residentes no Brasil», «sob os auspícios da Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa». Os oradores são: Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime Cortesão, António Aniceto Monteiro e Alberto Moura Pinto. Outros jornais, desse dia e dos seguintes, fazem o mesmo anúncio.

A propósito da revolta da Mealhada de 10 de Outubro, o «Diário da Noite» do dia 17 do mesmo mês traz a entrevista política, «A rebelião em Portugal na palavra do professor António Monteiro», cujo texto está na íntegra no Anexo 2.

Em 12 de Dezembro, a Nações Unidas recomendam o corte de relações com a Espanha franquista. Em consequência, o Brasil rompeu as relações ao mais alto nível com a Espanha.

O jornal «A Manhã» de 22 de Dezembro noticia que, na véspera, se realizou um almoço de confraternização luso-brasileiro «em regozijo pela decisão da Assembleia Geral da ONU sobre o caso espanhol». O almoço, promovido pela ABAPE, teve lugar no restaurante da Casa do Estudante do Brasil e nele estiveram Cândido Portinari, José Lins do Rego e António Aniceto Monteiro, entre outros.

Chegado a este ponto o leitor já percebeu que são completamente falsas as afirmações de que «não existe (...) qualquer registo histórico de envolvimento [de Monteiro] em actividades políticas stricto sensu» ou de que «nem

em Portugal nem no Brasil há registo de ele [Monteiro] se ter envolvido em actividades políticas» ([JB2], págs. 88 e 92).

Em 29 de Dezembro, Teotónio Pereira escreve a Salazar:

«Nesta conversa Rubens [de Melo, director geral dos Serviços Administrativos no Itamaraty] voltou ao caso do Colaço para me dizer que o mesmo já fora tratado no Conselho dos Directores Gerais, que eu falasse nele ao Ministro, mesmo em tom de conversa.

— Mas acha que isso terá algum resultado?

Rubens disse que tinha quase a certeza que Colaço receberia ordem para não escrever sobre Portugal. Mostrei o maior cepticismo.

Ele então:

— Creia que isto mudou cá dentro. Portugal há-de sentir a diferença.»

Em 8 de Janeiro de 1947, já o embaixador pode começar a dar boas notícias ao ditador:

«temos a imprensa neutralizada quase por completo. Lá convenci o Sousa Baptista [Comendador Augusto Soares de Sousa Baptista, figura muito influente da colónia portuguesa no Rio] à diligência junto do “Correio da Manhã”. Se cortarmos a válvula ao Colaço pode dizer-se que acabou a Campanha. Está-se organizando um grupo da Colónia bem representativo para ir falar ao dono do jornal.»

Lendo a carta de 15 de Janeiro, ficamos a saber que Salazar também dava ideias:

«De acordo com uma ideia de V. Ex.^a não desisti da tentativa a fazer pela colónia para calar o Colaço no “Correio da Manhã”».

No dia 19 de Janeiro realizam-se no Brasil eleições gerais directas para governadores, prefeitos e vereadores e Teotónio Pereira aproveita para manifestar o seu racismo e a sua aversão à democracia numa carta a Salazar datada de 15 de Janeiro: *«No domingo temos eleições. O ambiente da cidade já está insuportável. Só se veem pretos agitando-se nas ruas».*

Finalmente, em 24 de Janeiro, Teotónio Pereira pode anunciar o seu triunfo:

«Posso realmente dizer hoje que liquidámos as campanhas contra Portugal e contra o seu Governo e homens de Estado.»

A carta de 26 de Março, especifica em que consistiu a vitória:

«Viemos como tropas de choque romper uma muralha de ódio e de mentira. Vencemos em toda a linha e reina agora a paz. (...) Consinta pois

V. Ex.^a que lhe diga que a parte “fazível” desta obra está assegurada e realizada: a colónia mais numerosa, unida e vibrante de patriotismo que nunca; os elementos adversos reduzidos a um punhado de pedras no fundo duma peneira; o Martinho metido definitivamente na sombra, quieto e calado; as campanhas terminadas; os grupos de intelectuais brasileiros tendo deixado de apoiar os nossos reviralhistas e não tomando já parte em quaisquer manifestações; toda a febre de há um ano reduzida a uns décimos que afloram de vez em quando. E, com tudo isto, um novo e crescente respeito por Portugal, pelo seu Governo e por V. Ex.^a.»

Como todas as boas novelas, esta não pode deixar de tocar o lado emocional. Desabafa o embaixador na mesma carta: «*V. Ex.^a as [deficiências] conhece de sobejo neste pobre matemático que veio tocar outros instrumentos, aprendidos à última da hora*». Pobre matemático que o que mais fez foi política!

A situação política no Brasil deteriora-se rapidamente. Em 15 de Março de 1946 o direito à greve é fortemente limitado. Em 7 de Maio de 1947 é proibida a Confederação Geral dos Trabalhadores e é anulada a existência legal do Partido Comunista do Brasil e em 10 de Maio são mandadas fechar todas as suas sedes. No início de Setembro desse ano, Harry Truman chega ao Brasil e é assinado, com 19 países, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. No dia 21 de Outubro, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a União Soviética. Em 7 de Janeiro de 1948 são cassados os mandatos dos parlamentares comunistas. Estava-se no início da chamada Guerra Fria.

Entretanto, desde meados de 1947, já Teotónio Pereira não estava no Brasil, mas «*a parte “fazível”*» da sua «*obra*» estava «*assegurada e realizada*». Aparentemente, Monteiro sofreu bem as consequências da «*obra*» do embaixador porque começou a deixar de receber o seu salário como se pode ler nas cartas que escreve a Guido Beck em 1948 e 1949 [AF-AV]. Numa, de 31 de Julho de 1948, diz:

«Trataremos agora do meu problema. Agradeço-lhe em primeiro lugar as boas palavras de encorajamento que escreveu. Preciso antes de mais nada de esclarecer a minha situação actual. O meu contrato, ou antes a sua renovação, foi aprovado no Departamento de Matemática (Outubro de 1947), na Congregação da Faculdade (Dez. 1947), no Conselho Universitário (Março de 1948), no Conselho de Curadores da Universidade (Abril de 48), entrou no Ministério da Educação em Maio, na Presidência da República em Junho e está agora no departamento Administrativo do

Serviço Público, que deve elaborar um parecer. Voltará à Presidência da República para ser assinado e depois irá ao Ministério e finalmente regressará à Universidade. Na realidade, em vista da autonomia da universidade, tudo deveria estar terminado com a aprovação do Conselho de Curadores. Sob este aspecto a Universidade não está porém disposta a ser autónoma, prefere ficar subordinada ao Catete. Apesar de todas as aprovações anteriormente indicadas o problema não está portanto resolvido e por isso não tenho recebido os meus vencimentos, mas tenho continuado o meu serviço na Faculdade. A renovação do contrato é anual. Isto significa que todos os anos estarei na mesma incerteza. Estou convencido que na Universidade não haverá dificuldades, mas elas podem vir de cima.»

Noutra, de 7 de Janeiro de 1949, diz que já está, oficialmente, desempregado:

«Não lhe disse ainda que estou desempregado desde o dia 1 deste mês. O meu contrato foi assinado mas só até dia 31 de Dezembro, e não será renovado por ordem superior. Não consegui esclarecer ainda a origem de toda esta intriga. O mais provável é que algum “colega” do departamento de matemática, incomodado com os resultados da minha actuação científica, que tem levado a uma certa diferenciação de valores, intrigasse as autoridades sob o ponto de vista político e a partir daí inimigos de toda a natureza (colónia portuguesa, consulado etc.) ajudarem à missa. O Stone e o Valadares estão fazendo outras démarches. Tudo me parece demasiado lento para a urgência que tenho de encontrar uma solução. Parece que me vão arranjar aqui um emprego para aguentar estes 3 meses. Tenho elementos para pensar que o Reitor que deve ser um salazarista feroz, procedeu com grande safadeza no meio de tudo isto. O contrato do Nachbin também não foi renovado pelo departamento de matemática porque um dos professores se opôs. Teve que ser renovado pelo departamento de Física (ele está actualmente em Chicago). Não disponho de tempo suficiente para lhe contar tudo em detalhe.»

O leitor leia o que Monteiro diz, leia tudo o que está para trás e tire as suas conclusões. Agora, vejamos o que dizem três notáveis cientistas brasileiros que conheceram bem Monteiro. Os dois primeiros conviveram com ele na época em que estive no Brasil:

José Leite Lopes: *«Relembro a figura de Antônio Aniceto Monteiro, matemático português que deu importante contribuição matemática no Brasil enquanto aqui esteve como professor na FNFi, até que pressões políticas oriundas do regime salazarista de Portugal tiveram força suficiente, nesta universidade, àquela época, para afastá-lo.»* [JLL]

Leopoldo Nachbin: «*Monteiro veio ao Rio de Janeiro em 1945 com um contrato de quatro anos para trabalhar na Universidade do Brasil. Entretanto, em razão de sua atitude abertamente anti-Salazar, a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (então a capital do Brasil) conseguiu convencer o Reitor da Universidade do Brasil a não renovar seu contrato em 1949. Como consequência, Monteiro deixou o Brasil e mudou-se para a Argentina, onde sua contribuição para o desenvolvimento da matemática na América Latina foi também muito significativa, tal como fora sua permanência no Brasil.*» [LN]

Elon Lages Lima: «*Monteiro morou no Rio de Janeiro cerca de quatro anos, entre 1945 e 1949. Nesta época, seus interesses matemáticos se dividiam entre a Topologia Geral e os Conjuntos Ordenados, evoluindo daquela para estes. Mas sua energia pessoal era grande o bastante para permitir-lhe ação política e, neste campo, seu maior interesse era a derrubada da ditadura de Salazar. E claro, porém, que não havia aqui muito espaço para movimento, especialmente porque a alta direção da Universidade do Brasil (como então se chamava a Universidade Federal do Rio de Janeiro), era ligada, por laços afetivos e ideológicos, com o governo português. A posição de Monteiro tornava cada vez mais difícil a renovação de seu contrato e por fim ele teve de emigrar para a Argentina.*» [ELL]

Lido o que os cientistas brasileiros dizem e conhecendo-se os métodos da embaixada portuguesa é difícil aceitar que se diga que estes três depoimentos são «*versões populares*» dos «*acontecimentos*» e que contêm «*afirmações fantasiosas*» que são «*acriticamente repetidas contra toda a evidência histórica entretanto acumulada*» ([JB2], pág. 92), além do mais sem se dizer qual é a tal «*evidência histórica entretanto acumulada*».

Como conta Miguel Urbano Rodrigues [MUR], a Embaixada de Portugal no Brasil continuou a actuar contra os exilados portugueses nos anos seguintes, até ao 25 de Abril.

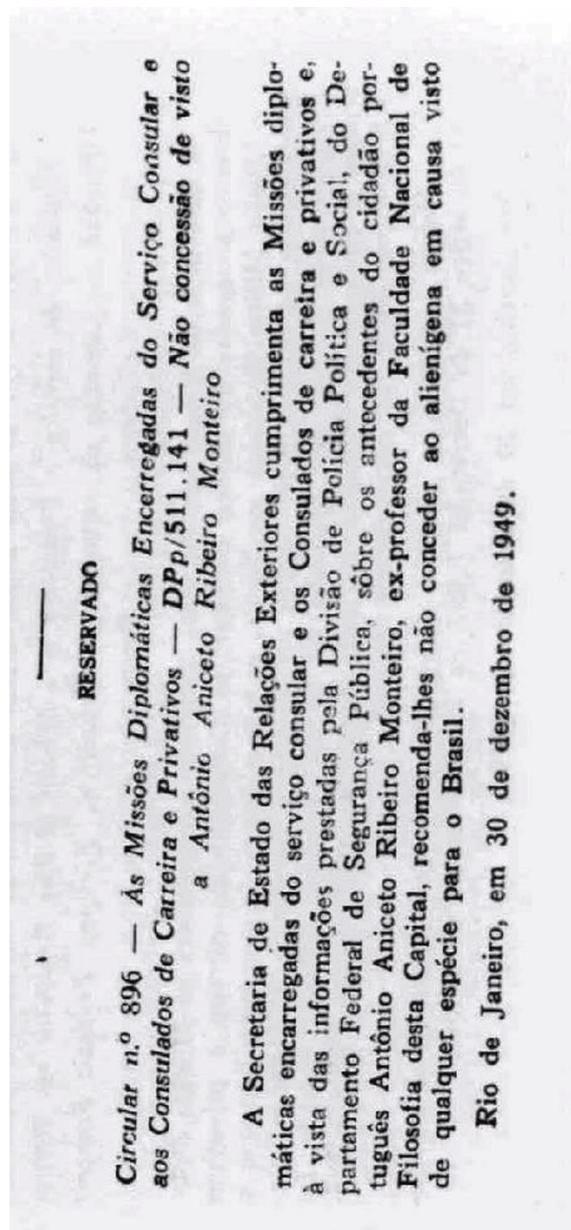


Figura 1: Excerto do «Relatório do Ministério das Relações Exteriores correspondente ao ano de 1949», pág. 396, acessível através da Hemeroteca Digital do Brasil.

Conclusão

No dia 5 de Dezembro de 1949, vindo do Brasil, António Aniceto Monteiro chega à Argentina, contratado pela Universidad Nacional de Cuyo. Mais tarde fixar-se-á definitivamente em Bahía Blanca. Com a chegada de Ruy Luís Gomes à América do Sul em 1958, exilado também ele, com as eleições presidenciais de 1958 em Portugal, com o exílio de Humberto Delgado, com o início da Guerra Colonial em África, a actividade de resistência da oposição portuguesa naquele continente leva um grande impulso. Monteiro tomou uma firme posição contra a Guerra Colonial [JR1]. Miguel Urbano Rodrigues descreve outras iniciativas as quais Monteiro subscreveu e que a PIDE registou no seu dossiê:

«Na frente da informação a iniciativa mais importante que os exilados antifascistas do Brasil tomaram naqueles tempos foi o envio anual de um Memorial à Assembleia-Geral das Nações Unidas, assinado por representantes das organizações democráticas portuguesas instaladas em seis países do Continente Americano: Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Venezuela e Uruguai. O Memorial que abriu a série em 1963 teve como primeiros signatários o general Humberto Delgado e o Prof. Ruy Luís Gomes, ambos ex-candidatos à Presidência de Portugal. Nesse documento eram denunciados com especial ênfase os crimes do colonialismo e pedida à ONU o cumprimento de Resoluções do Conselho de Segurança que exigiam o direito à autodeterminação e independência das colónias portuguesas. Quando o “The New York Times” e o “Washington Post” publicaram passagens do documento, a repercussão incomodou tanto o fascismo que o Embaixador de Portugal na ONU promoveu uma conferência de imprensa no hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, na tentativa de desmentir o conteúdo do Memorial.» [MUR]

A partir de 1974 a situação política começa a degradar-se na Argentina. Em 15 de Abril de 1975 são expulsos professores da Universidad Nacional del Sur com efeito a partir do início desse mês, entre os quais Monteiro e o seu filho. A decisão é comunicada a Monteiro em 17 de Abril. Monteiro é proibido de entrar na biblioteca que, já na altura, tinha o seu nome. Em 24 de Março de 1976 dá-se o sangrento golpe de estado na Argentina, de cujas feridas ainda hoje se fala tanto, volvidos 40 anos exactos. Depois de muito sofrimento [APG], António Aniceto Monteiro vem a Portugal, a sua terra que sempre amou, deixando dois filhos e cinco netos na Argentina. A um jornal, confessa:

«Mal pegava nos jornais da manhã apressava-me a ver se havia alguma

novidade em Portugal. Não perdia a esperança de um dia sentir a grande notícia. Não morri sem esse prazer. No dia 26 de Abril de 1974 (com um dia de atraso, como é óbvio, devido à distância)...»

Uma grande homenagem que se pode prestar a António Aniceto Monteiro, fundador da Sociedade Portuguesa de Matemática, que viveu no exílio sempre com «a esperança de um dia sentir a grande notícia», é a de respeitarmos a verdade histórica da luta de uma vida.

ANEXO 1

Nota prévia

Esta entrevista vem na sequência do discurso de António Júlio de Castro Fernandes, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, reproduzido pelo jornal «O Século» de 26 de Outubro e de um artigo do «Diário da Manhã» de 29 de Outubro. Neste, «*alguns dos bolseiros [da JEN] eram identificados com a indicação do quanto tinham custado ao país*». Em relação a Monteiro dizia «*que se recusou a trabalhar no país, “nem sequer chegou, no seu regresso, a dar aulas da sua especialidade. Finalmente partiu para o Brasil, onde é professor.”*» (ver [JG], págs. 156-158) Algumas das respostas a Castro Fernandes podem ser lidas em [BAAM]. A de Manuel Valadares é a «*carta cuja publicação foi recusada por um jornal de Lisboa*» mencionada neste artigo.

«Correio da Manhã» de 10 de Novembro de 1945

Duzentos contos de matemática...

O professor Aniceto Monteiro nos faz suas confidências – a inteligência e a ditadura

Tendo lido num jornal de Lisboa a curiosa referência de que com os chefes da oposição o governo luso gastara bastante dinheiro, tendo-lhe custado, por exemplo, 216 contos a formação do professor António Aniceto Monteiro, que depois não deu lições em Portugal e veio dá-las para o Brasil – pareceu-nos importante ouvir este professor.

Soubemos que lecciona na Faculdade de Filosofia, onde suas aulas de matemática lhe granjearam já grande renome.

Do seu «curriculum» apurámos que se formou em matemática na Universidade de Lisboa, doutorando-se depois pela Sorbonne. Fundador e diretor da revista *Portugaliae Mathematica*, co-fundador da *Gazeta de Matemática* e da Sociedade Portuguesa de Matemática que o elegeu seu secretário-geral;

laureado pela Academia de Lisboa com Prémio Artur Malheiros pelo seu Ensaio sobre os fundamentos da Análise; fundou ainda o Seminário de Análise Geral e dirigiu as pesquisas do Centro de Estudos Matemáticos. Trata-se pois, sem favor, de uma sumidade no seu ramo – um ramo assustador para jornalista que confessa já não saber extrair uma raiz quadrada sem anestesia local. . .

No amplo terraço de Santa Teresa, onde se realizou a palestra, tínhamos, porém, diante de nós um homem moço ainda, magro, amável, vivo, que por sua cabeleira negra e óculos faiscantes, pareceria talvez um sábio russo, se às três primeiras palavras o inconfundível sotaque lisboeta não valesse por uma carteira de identidade.

Após uns minutos de conversa, que nos puseram à vontade, desfechámos a pergunta:

— É verdade que o governo do Dr. Salazar lhe deu 200 contos para se formar?

O professor Aniceto Monteiro desatou a rir com gosto, e explicou:

— Antes da ditadura, existia em Portugal forte corrente para a renovação da nossa cultura. Foram principais pioneiros da criação da Junta para Ampliação de Estudos, António Sérgio, Simões Raposo e Celestino da Costa. Em 1929, na fase branda da ditadura, foi criada a Junta de Educação Nacional, depois Instituto para a Alta Cultura. Este visava mandar bolseiros ao estrangeiro, escolhidos por suas provas, e criar no país as condições para trabalhos de investigação. Fui «bolseiro» na Sorbonne, onde me doutorei no Instituto Henri Poincaré. Um «bolseiro» recebia cerca de 4 contos por mês. O autor do telegrama que o senhor leu foi amável. Somou as mensalidades de quase cinco anos, e não calculou os juros compostos. . .

— Houve muitos «bolseiros»?

— Bastantes. Mas no regresso ao país não encontrávamos ambiente para continuar. Olhe. . . (Monteiro ergueu-se, sumiu por um momento, trouxe uma pasta de papéis que folheou.) O presidente do Instituto para a Alta Cultura já em 1938 o dizia no seu relatório. Leia. «*O IAC viu-se mais uma vez na necessidade de recusar bolsas de estudo para fora do país, por nada poder fazer dentro dele para esse estudo ser continuado e aproveitado.*»

— E esses «bolseiros» são contra o governo?

— A inteligência portuguesa, a cultura portuguesa, são contrárias ao fascismo. Os «bolseiros» mereceram do Estado um aperfeiçoamento cultural no estrangeiro, iam exercer um direito conquistado, não iam vender a consciência a prestações. . . Aumentar-lhes a cultura foi, em regra,

aumentar-lhes o anti-fascismo. Quase todos têm lutado pela efectivação de uma política cultural; mas norteadas pelos interesses do país, não da ditadura. Conheço exemplos de verdadeira abnegação e heroicidade que só alcançam o desprezo do governo. Por agora, citá-los seria comprometê-los ainda mais... Se entre os elementos da Oposição, que reúne a totalidade dos nossos valores em qualquer campo, há muitos «bolseiros», ainda bem. Isso prova que a inteligência portuguesa não se corrompeu.

— É exacto que não deu aulas em Portugal?

— Não. Dei muitas aulas particulares, desde 1936 até à minha vinda, e desenvolvi no meu sector grandes esforços. Simplesmente, recusei assinar um papel de compromisso político para poder leccionar... matemática. Por isso não me nomearam; nem modesto funcionário podia ser lá. Teria que morrer à fome, com os meus, doutorado pela Sorbonne. O próprio IAC me avisou, em Outubro de 1941, de que era preferível sair do país. Ainda dirigi durante um ano o Centro de Matemática do próprio IAC que sempre me apoiou. Mas em 1942, o ministro da Educação encerrou a minha actividade. Recebi depois o honroso convite do governo brasileiro.

Na Faculdade Nacional de Filosofia, com enorme satisfação, continuo o meu trabalho, que tanto me apaixona. Servindo a cultura brasileira na medida das minhas forças, sirvo qualquer coisa a que dou também o coração...

— Politicamente...

Aniceto Monteiro atalhou, concluindo:

— Não sou político. Trabalho, estudo, escrevo os meus livros de matemática. Mas estamos numa hora que não admite «neutralidade». Considero meu dever, onde houver ensejo, proclamar a condenação plena do fascismo salazarista. Enquanto o governo de Lisboa chora aquilo com que o estado beneficiou a cultura, o povo chora não só os muitos milhares de contos pagos em ordenados a estadistas ineptos – mas também os incalculáveis prejuízos morais e materiais que eles lhe causaram nestes anos de atrofia e de escuridão.

«Correio da Manhã» de 11 de Novembro de 1945

UM ESCLARECIMENTO DO PROF. ANTÓNIO ANICETO MONTEIRO

A propósito da entrevista com o Professor Dr. Aniceto Monteiro que ontem publicámos recebemos amável carta desse ilustre professor em que confirma o seu desmentido categórico à notícia telegrafada de Lisboa relativo a não ter dado aulas em Portugal e esclarece que «durante os 9 anos que vivi

sob o jugo do fascismo português, de 1936 a 1945, após o meu regresso de Paris, realizei numerosos cursos, conferências e palestras nas Faculdades de Ciências de Lisboa, Porto e Coimbra, no Instituto Superior Técnico, no Centro de Estudos Matemáticos do próprio Instituto para a Alta Cultura em que desempenhava as funções de director de pesquisas. Simplesmente esta actividade não a desempenhei como funcionário público, mas como cidadão que tinha deveres a cumprir para com a cultura portuguesa.»

ANEXO 2

Notas prévias

Esta entrevista foi feita na sequência da revolta de 10 de Outubro de 1946 da Mealhada. Assim, o subtítulo que menciona «o “putch” de Lisboa» não está correcto. Onde está «Congresso Luso-Espanhol para o Avanço da Ciência» devia estar «Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências». Realizou-se em Saragoça entre 15 e 21 de Dezembro de 1940. Onde está «Prémio Ricardo Malheiros» devia estar «Prémio Artur Malheiros». Quando Monteiro refere «Movimento de Unidade Antifascista», trata-se do «Movimento de Unidade Nacional Antifascista» (MUNAF), fundado nos finais de 1943. Monteiro enumera alguns pontos programáticos do MUNAF [DR]. Pode dizer-se, portanto, que António Aniceto Monteiro aderiu ao programa do MUNAF.

«Diário da Noite» de 17 de Outubro de 1946

A rebelião em Portugal na palavra do professor António Monteiro Os democratas portugueses e o “putch” de Lisboa – Programa de acção

O professor português António Aniceto Monteiro, matemático de renome e conhecido nos círculos universitários de todo o mundo e que aqui se encontra há tempos, leccionando Análise Superior na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, falou ao DIÁRIO DA NOITE a propósito dos últimos acontecimentos políticos de Portugal.

O Sr. Aniceto Monteiro, que é antissalazarista e que, em sua terra negou-se a assinar uma declaração de apoio ao regime, é formado em Ciências Matemáticas pela Faculdade de Ciências de Lisboa, doutorou-se na Universidade de Paris. Regressando à sua terra, fundou a Sociedade Portuguesa de Matemática, o Seminário de Análise Geral de Lisboa, e as revistas “Portugaliae Mathematica” e “Gazeta de Matemática”. Contou-nos que, quando se viu na contingência de negar-se a assinar aquele documento, perdeu então todo e qualquer privilégio, ficando impossibilitado de fazer em Portugal uma carreira de professor universitário.

Passou a estudar sozinho e leccionar particularmente, e assim conseguiu viver, mesmo sob as maiores perseguições. No ano de 1938, apesar de tudo, a Academia de Ciências de Lisboa não lhe pode negar o ambicionado Prémio Ricardo Malheiros, devida à sua já grande notoriedade científica. Também não puderam evitar que participasse do Congresso Luso-Espanhol para o Avanço da Ciência, realizado em 1940, em Saragoça. Foi aí que, ao lado de outros cientistas portugueses, se recusou a fazer a saudação fascista na

presença de Franco, ocasionando um grave incidente. Após tal ocorrência sua situação em Portugal tornou-se insustentável. Em 1942, foi afastado definitivamente do Centro de Estudos Matemáticos. Através da sua correspondência com a Fundação Rockefeller e cientistas americanos já estudava, por essa época, as possibilidades de emigrar. Em Agosto de 1943 recebia um convite da nossa Faculdade Nacional de Filosofia, mas só a princípios de 1945 é que pôde embarcar, devido a uma série de dificuldades que lhe foram criadas para cujo afastamento muito contribuiu o movimento de solidariedade que no estrangeiro lhe foi feito pelo cientista Guido Beck e outros nomes de relevo mundial.

UM CIENTISTA LIGADO AOS PROBLEMAS DO SEU POVO

Presentemente, o Sr. António Monteiro ocupa a cadeira de Análise Superior da Faculdade Nacional de Filosofia, onde dirige também o Seminário de Topologia Geral. Não é, porém, como nunca foi, um cientista afastado do mundo e dos problemas do seu povo e da sua pátria. Acompanha com atenção as lutas políticas na sua terra.

O PROGRAMA DOS ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

Ao lhe perguntarmos a respeito do que efectivamente está ocorrendo com Portugal, declarou inicialmente:

— Em primeiro lugar é necessário fazer uma avaliação política actual. O povo português encontrou o caminho que o há de levar a derrubar o fascismo. Em princípios de 1944, criou-se um amplo Movimento de Unidade Antifascista, em que estão integrados todos os partidos políticos da oposição e que tem um programa de governo claro: destruir a ordem fascista, instituir uma ordem democrática, melhorar as condições de vida do povo, democratizar o crédito e as instituições bancárias, desenvolver a instrução e a cultura, dignificar a justiça, defender a unidade de Portugal com as colónias, colocar Portugal ao lado das Nações Unidas.

TAMBÉM LÁ OS CAMISAS VERDES

Indagamos então o que foi que levou o povo português a este movimento contra o governo e o regime. Disse o Sr. António Monteiro:

— A política fascista de Salazar conduziu Portugal a uma situação ruinosa sob o ponto de vista económico e social. A cultura foi perseguida, as liberdades suprimidas, criada uma milícia armada – a Legião Portuguesa, os camisas verdes – destinada a sufocar toda e qualquer tentativa de protesto. A saudação nazi foi introduzida e milhares de jovens obrigados a desfilar ao passo de ganso.

UMA BROA DE MILHO PELO PREÇO DE DOIS DIAS DE SALÁRIOS

Lembramos ao professor, por essa altura que fora grande a propaganda feita aqui no Brasil sobre os benefícios que a política financeira de Salazar trouxeram ao povo de Portugal. Sua resposta não se fez esperar:

— Com a sua política financeira iniciada em 1928, Salazar descarregou o peso dos impostos sobre o povo e as classes médias. Os lavradores, médios e pequenos, tiveram que hipotecar as suas propriedades. De Julho de 1929 a Dezembro de 1935, a dívida dos proprietários rurais aumentava de 200 mil contos, segundo dados oficiais publicados pelo governo. Tive oportunidade de ver, com os meus próprios olhos, a miséria em que vivem os camponeses nas aldeias de Portugal. Quando estive na aldeia de Gondar, em Julho de 1944, havia cerca de 13 dias que não era distribuído pão na região. Nos dias em que existia para se comprar, uma broa de milho custava 15 cruzeiros. O dinheiro dos camponeses não chegava pois o seu salário era de cerca de 8 cruzeiros por dia. Eu próprio tive de abandonar a aldeia por não haver alimentação necessária para a minha família.

— Posso indicar, por exemplo – diz ainda o ilustre matemático – o que aconteceu com os professores primários, que formam uma camada da população que não foi das mais atingidas. Os vencimentos dos professores do ensino primário, que eram de 6,4 libras-ouro em 1926, ficaram reduzidos a 1,7 libras-ouro em 1946. A redução é de 74,3%, segundo uma representação publicada recentemente em Portugal pelos interessados.

MOVIMENTO CONTRA O SALAZARISMO NOS 20 ANOS DE DOMINAÇÃO

— E o povo português – perguntámos – nunca antes havia-se mobilizado contra essa situação de miséria e falta de franquias democráticas?

Contra a política da ditadura – respondeu o professor – se fizeram os movimentos de 1927, 1929, 1931, 1934, 1936 e as grandes greves de 1942 e 1943, porque é necessário acentuar que o povo português, durante estes 20 anos, tem sempre lutado contra o fascismo. Entretanto, os antifascistas que organizaram alguns desses movimentos subestimavam muitas vezes a acção das amplas camadas populares, e limitavam-se a empreender pronunciamentos militares. Quase sempre o povo, que odiava Salazar, era apanhado de surpresa, não participando em movimentos cujos fins ignorava.

O OBJECTIVO É UM LEVANTAMENTO NACIONAL, E NÃO UM «PUTCH» MILITAR

Indagámos, a seguir, se o movimento actual não será mais um desses pronunciamentos militares.

— O Movimento de Unidade Antifascista – esclarece preliminarmente o Sr.

António Monteiro – vem organizando o povo em luta que terminará por um grande levantamento nacional contra o regime salazarista. Entretanto ele tem-se pronunciado várias vezes, em sua imprensa clandestina, contra as tendências «putchistas» que se têm manifestado em certos sectores políticos não identificados com o espírito da resistência portuguesa.

— Segundo os telegramas de Lisboa – explana o nosso entrevistado – o movimento actual foi iniciado por um pequeno grupo de oficiais da reserva e não consta, até agora, que eles fossem acompanhados de demonstrações populares. Se nada mais está ocorrendo, Salazar aproveitar-se-á desta oportunidade, para intensificar e justificar a repressão, que aliás se vinha acentuando desde Agosto, e tentará suprimir os últimos vestígios das possibilidades de luta pacífica e legal contra o seu regime. Porém, precisamos notar que os telegramas, sujeitos à férrea censura de Lisboa, não devem dar uma ideia completa da situação. Mas se assim for os acontecimentos poderão levar o povo português a intensificar, mais rapidamente ainda, a sua luta contra o fascismo salazarista, que, de qualquer forma, não sobreviverá muito tempo no mundo do após guerra.

PRÓXIMA A QUEDA DE SALAZAR

Assim finalizou suas declarações o professor António Monteiro:

— Posso afirmar com segurança que a política de Salazar é contrária aos interesses da Nação e às tradições do povo português, povo amante da liberdade, do progresso e da cultura. Tenho a certeza de que o povo português destruirá o fascismo, reintegrando Portugal no concerto das Nações Unidas, e que um governo democrático e popular inaugurará na minha pátria uma era de bem-estar e felicidade para todos.

Referências

As referências marcadas com * podem encontrar-se na rede.

[AA]* Alberto Amaral: *A propósito do livro de Luís Reis Torgal «A Universidade e o Estado Novo: o Caso de Coimbra, 1926-196»*. Coimbra, Minerva, 1999 (Análise Social, vol. XXXV (Verão), 2000).

[ACC] Augusto Celestino da Costa: *Lisboa, capital de Portugal (Conferência lida em 25 de Outubro de 1941 na Câmara Municipal de Lisboa)*. Lisboa, Câmara Municipal, 1942.

[AC] António Coimbra: *Abel Salazar – 96 Cartas a Celestino da Costa*. Gradiva, Lisboa, 2006.

- [AF]* Augusto J. S. Fitas: *As relações entre António Aniceto Ribeiro Monteiro e a Junta de Educação Nacional ou um bolseiro português na cidade de Paris (do Outono de 1931 à Primavera de 1936)*. Actas do Colóquio António Aniceto Monteiro, Junho de 2007, Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática (BSPM), número especial.
- [AF-AV] Augusto J. S. Fitas e António A. P. Videira: *Cartas entre Guido Beck e cientistas portugueses*. Instituto Piaget, Lisboa, 2004.
- [APG]* Alfredo Pereira Gomes: *O regresso de António Monteiro a Portugal de 1977 a 1979*. *Portugaliae mathematica*, 39 (1-4), XXXIII-XLI, 1980.
- [BAAM]* Blogue «*António Aniceto Monteiro*» (de Jorge Rezende)
- [DR]* David L. Raby: *O MUNAF, o PCP e o problema da Oposição, 1942-1947*. *Análise Social*, vol. xx (84), 1984 (5.º), 687-699.
- [ELL]* Elon Lages Lima: *Impressões sobre António Aniceto Monteiro*. Boletim do CIM, pag. 7-8, Dezembro 1977.
- [FJ] Fred Jerome: *The Einstein File: J. Edgar Hoover's Secret War Against the World's Most Famous Scientist*. St. Martin's Griffin, 2003.
- [GR] Giovanni Ricciardi: *Soeiro Pereira Gomes, Uma Biografia Literária*. Caminho, 1999.
- [JB1] Jorge Buescu: *A Matemática em Portugal: uma questão de Educação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.
- [JB2]* Jorge Buescu: *Em defesa do rigor na investigação em história da Matemática*. Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática n.º 68, 83-95, 2013.
- [JCM]* José Morgado: *Para a História da Sociedade Portuguesa de Matemática*. Textos de História e Metodologia da Matemática, n.º4, CMUC. Coimbra, 1995.
- [JG]* Júlia Gaspar: *A investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa (1929-1947)*. Tese, Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Lisboa, 2009.
- [JLL] José Leite Lopes: *Trinta anos de física no Brasil: evocações*. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, 16 (6) Nov.-Dez. 1985, p. 25-33.
- [JM]* João Medina: *Salazar na Alemanha – acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana*. *Análise Social*, vol. xxxiii (145), 1998 (1.º), 147-163.
- [JMA] João Miguel Almeida (Coordenação): *António Oliveira Salazar. Pedro Teotónio Pereira. Correspondência política (1945-1968)*. Círculo de Leitores, Temas e Debates. Lisboa, 2008.
- [JR1]* Jorge Rezende: *Angola e António Aniceto Monteiro*. Actas do Colóquio António Aniceto Monteiro, Junho de 2007, Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática (BSPM), número especial.
- [JR2]* Jorge Rezende: *Sobre as perseguições a cientistas durante o fascismo*. *Revista Vértice* 166, 59-89, 2013.

[JR3]* Jorge Rezende: *Ruy Luís Gomes – o início do Movimento Matemático e a fundação do Centro de Estudos Matemáticos do Porto*. Prefácio à edição de *A Relatividade: Origem, evolução e tendências actuais. Teoria da Relatividade Restrita*. CMUP, Porto, 2005.

[LF]* Luiz Felipe Vieira Ferrão: *A institucionalização da pesquisa matemática no Rio de Janeiro: a formação do IMPA, uma visão aérea sobre os factos*. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

[LL]* Leonor Lains: *Fernando Lopes-Graça*. Vidas Lusófonas.

[LN]* Leopoldo Nachbin: *A influência de Antonio Aniceto Ribeiro Monteiro no desenvolvimento da Matemática no Brasil*. Ciência e Sociedade, Ed. da UFPR, Curitiba (1996). [Versão brasileira de: *The influence of António A. Ribeiro Monteiro in the development of Mathematics in Brazil*. Portugaliae Mathematica 39 (1-4), XV-XVII (1980).]

[MCR] Manuela Câncio Reis: *A Passagem. Uma biografia de Soeiro Pereira Gomes*. Caminho, 2007.

[MF-OS] *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. C.L.N.S.R.F., 1986.

[MMP]* Maurício Matos Peixoto: *O núcleo de matemática da Fundação Getúlio Vargas – excerto de uma entrevista com Maurício Matos Peixoto*. Reproduzido de «IMPA 50 Anos», [BAAM].

[MUR]* Miguel Urbano Rodrigues: *A luta dos Antifascistas Portugueses do Brasil contra a ditadura de Salazar e o Colonialismo*. Conferência. Grenoble, 25 de Maio de 2009.

[OE]* Ordem do Exército nº 14, 2ª série, 30 de Setembro de 1917. *Relação dos alunos classificados no concurso para admissão no Colégio Militar no corrente ano*.

[OS]* O Século, de 3 de Maio de 1945 (citado num artigo de António Melo no jornal Público de 8 de Maio de 2005).

[PTP] Pedro Teotónio Pereira: *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*. Volume I. Verbo, 1972.

[RLG]* Ruy Luís Gomes: *Tentativas feitas nos Anos 40 para criar no Porto uma escola de Matemática*. Boletim da SPM, nº 6, Outubro de 1983.

[SE1]* Semanário Expresso de 20 de Julho de 2006, *Voltaria a ser da PIDE*.

[SE2]* Semanário Expresso de 20 de Janeiro de 2016, *Prisão, tortura, fé, amor e arte: a vida preenchida de Nuno Teotónio Pereira*.

[TG]* The Guardian, de 1 de Março de 2013: *Rediscovered Albert Einstein letters sell for more than \$7,000 at auction*.

[THP]* The Huffington Post, de 11 de Fevereiro de 2013: *Albert Einstein Letters To Corliss Lamont To Sell At Auction*.